

APRESENTAÇÃO

Este relatório reúne informações sobre as atividades desenvolvidas pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJ, por meio da Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP e da Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED, no período de julho de 2016 a junho de 2017. As informações foram agrupadas segundo os processos de trabalho atuais das Diretorias, que têm o propósito de atender às necessidades de mais de 15.000 servidores, mais de 900 juízes e cerca de 128 desembargadores. À atuação desprendida e inovadora da EJEJ juntou-se o trabalho eficiente de toda a sua equipe.



Foto 1: Abertura das solenidades da EJEJ em 19.08.2016.
Crédito: ASCOM/TJMG

INOVAÇÕES

Modernização da EJEJ

Em 2017, a EJEJ completa quatro décadas de história e muito fazer pela formação de magistrados, servidores e colaboradores da Justiça.

Nesta gestão, a realidade vivencial da Escola identificou uma grande necessidade de mudanças em suas práticas educacionais. Suas ações prioritárias foram concentradas na construção de uma nova visão de todo o processo evolutivo do ensino no âmbito da nossa instituição, colocando como foco principal o Desenvolvimento das Pessoas.

A DIRDEP, com todos os seus setores, buscou internalizar as diretrizes pedagógicas e institucionais que norteiam a formação dos magistrados e servidores do TJMG e, a partir daí, procurou capacitar essas pessoas de acordo com tais diretrizes.



Fig.1 Logomarca 40 anos da EJEF

Preparação da Equipe da DIRDEP

Renovar-se para manter firme e atual o compromisso da Escola Judicial de formar e desenvolver pessoas que lidam cotidianamente com a missão de fazer justiça. Esse é o foco da gestão do Desembargador Wagner Wilson, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e Superintendente da EJEF.

A fim de manter o alinhamento entre as equipes da EJEF/DIRDEP e movido pela necessidade de construir uma visão compartilhada acerca dos rumos do desenvolvimento de pessoas no TJMG, a nova gestão sabe da importância de renovar o comprometimento com os objetivos da Escola Judicial.

Nesse sentido, a partir das diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM), foi realizado o “Workshop com os gestores da DIRDEP - Contribuições para o Projeto Político-Pedagógico da EJEF: Que Escola Queremos ser?” para promover a reflexão sobre as diretrizes pedagógicas e institucionais da formação de magistrados e servidores.

Nova Identidade Visual

Nova logomarca para a EJEF foi criada, afinada à proposta pedagógica da Escola e aprovada pelos seus gestores. Ela já está em uso nos produtos e expedientes da Escola. O processo de criação e o conceito geral da nova identidade, que evoca as sinapses do cérebro e suas infinitas possibilidades de ligações, foram apresentados aos servidores da Escola no dia 4 de abril de 2017 pela gerente do CECOV, Sílvia Lara Dias, e pela designer gráfica Shirley Oliveira Moraes Souza, responsável por sua criação.

Fig. 2 Nova logomarca da EJEJ

Consultoria Pedagógica “Educação para o Trabalho”

Com o objetivo de melhorar seus processos pedagógicos, a EJEJ/DIRDEP contratou uma consultoria especializada em Pedagogia do Trabalho.

A consultora, professora Dra. Acácia Kuenzer, conduziu, inicialmente, no dia 30 de janeiro, uma ação pedagógica com Magistrados Formadores que atuam no Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos no segmento cível e da infância e juventude. A professora auxiliou os formadores a elaborar um plano de aula de acordo com as modernas estratégias de ensino.

Em seguida, a DIRDEP, com a ajuda da consultoria, passou a formar grupos focais com o objetivo de criar trilhas formativas para oferecer suporte educacional aos magistrados e servidores, com o fito de atuarem em seus respectivos processos de trabalho com mais eficácia e agilidade.



Foto 2: Curso Formação de formadores
Crédito: ASCOM/TJMG

Grupos Focais para criação das trilhas formativas

Como ação prioritária para receber atenção, a EJEJ/DIRDEP elegeu a 'crise do sistema carcerário', em consonância ao pedido da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministra Carmem Lúcia, aos Tribunais de Justiça, para fazerem um 'esforço concentrado', a fim de examinarem os processos das pessoas presas no país. Assim, no dia 31 de janeiro, a consultora Dra. Acácia Kuenzer trabalhou com um grupo formado por sete magistrados e uma escritã, que atuam na Execução Penal. O objetivo dessa ação foi identificar elementos que pudessem subsidiar o planejamento da capacitação a ser fornecida pela Escola Judicial, visando aprimorar a realização de trabalhos emergenciais nessa área temática.

Dentro das novas propostas apresentadas pela consultoria, destacamos ainda a formação de um grupo focal com 21 representantes dos Assistentes Sociais Judiciais do TJMG e grupos com Desembargadores e Assessores, cujo trabalho teve por objetivo a identificação dos pontos essenciais e mais urgentes, para o aprimoramento das ações pedagógicas da Escola. A partir daí, serão construídos Grupos Focais com representantes de outras áreas de apoio à prática jurisdicional.



Foto 3: Grupo Focal da Execução Penal
Crédito: DIRDEP/TJMG

Capacitação para o Teletrabalho

O projeto-piloto do teletrabalho é uma iniciativa que coloca o Tribunal mineiro na vanguarda das relações de trabalho, ao quebrar o paradigma da cultura da jornada, com ponto de entrada e saída do servidor registrado eletronicamente. Em seu lugar, entra a lógica do trabalho por produtividade, com base em metas previamente traçadas: o que importa não são as horas que o servidor disponibiliza para o Judiciário, ou o momento do dia em que realiza suas tarefas, mas

a sua produção. A capacitação oferecida pela Escola Judicial visa oferecer aos participantes as ferramentas conceituais e as práticas necessárias para o ingresso no Projeto Experimental do Teletrabalho do TJMG.

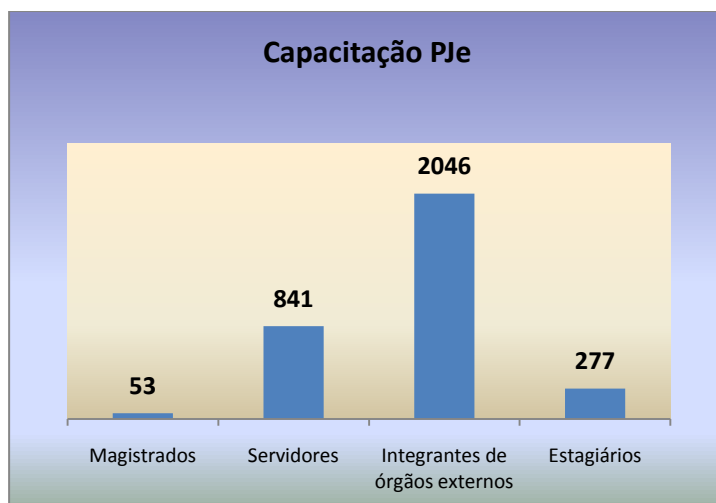
O Curso Preparatório para Participação no Projeto Experimental do Teletrabalho capacitou, até agora, 56 servidores.



Foto 4: Capacitação para o Teletrabalho
Crédito: ASCOM/TJMG

Capacitação no Processo Judicial Eletrônico – PJe

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em parceria com a EJEJ, vem promovendo a capacitação para a implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe na Justiça de Primeira Instância, em atendimento a uma das metas do seu planejamento estratégico. A capacitação oferecida pela DIRDEP tem como meta preparar magistrados, servidores e todos os colaboradores do TJMG.



SEI – Sistema Eletrônico de Informações

Desde agosto de 2016, a EJEJ, sob responsabilidade da DIRGED, trabalha para a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI! - no Tribunal de Justiça.

O SEI! otimiza a produção, assinatura e tramitação de documentos administrativos na instituição, que passam a ocorrer no meio eletrônico. Revoluciona a área administrativa, traz mais celeridade, transparência, economia, bem como contribui, de forma efetiva, para a sustentabilidade, já que evita gastos com a impressão e o transporte de documentos físicos.

Ao aperfeiçoar os fluxos das atividades, o SEI! ocasiona melhora na qualidade do ambiente de trabalho de magistrados e servidores.

Capacitação no Sistema Eletrônico de Informações - SEI

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) permite a gestão e processamento eletrônico de documentos, expedientes e processos administrativos, sem a utilização de papel, o que possibilita a redução do uso de insumos e os custos operacionais com a gestão documental.

A capacitação, que é feita em parceria com a DIRGED e tem como meta preparar os usuários para a utilização do sistema, já atingiu 402 pessoas e, futuramente, todos os setores administrativos da 2ª Instância terão multiplicadores preparados para auxiliar na utilização da ferramenta. Os gestores e servidores da Justiça de 1ª Instância também serão, gradativamente, capacitados para uso do SEI.

Novo processo de Vitaliciamento

Demos início ao novo processo de vitaliciamento, com o método de acompanhamento por juiz orientador e não apenas avaliador de sentença. Esse acompanhamento irá promover a formação continuada individualizada do juiz, contemplando suas demandas específicas de formação e dando um suporte mais efetivo no transcurso de todo o seu processo de vitaliciamento. Assim, será possível integrar formação teórica com experiência prática.

Programa de Gestão por Competências

No TJMG, o programa foi elaborado para ser executado a longo prazo, segmentado em 8 (oito) etapas distintas:

1. Projeto de Mapeamento da Competência Organizacional;
2. Projeto de Mapeamento da Competência Gerencial;
3. Projeto de Mapeamento das Competências de Servidores;
4. Projeto de Avaliação de Desempenho Gerencial por Competências;
5. Projeto de Capacitação por Competências;
6. Projeto de Nova Arquitetura de Plano de Careiras por Competências,
7. Projeto de Sucessão por Competências e
8. Projeto de Recrutamento e Seleção por Competências.

Já haviam sido concluídas as etapas do Mapeamento da Competência Organizacional, das Competências Gerenciais, do Mapeamento das Competências dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância e da Avaliação Gerencial por Competências.

Em 2016, iniciou-se o projeto de Avaliação de Desempenho dos Servidores por Competências. Nessa etapa, também foi utilizada metodologia participativa, que envolveu gestores e servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância, que resultou na validação do novo instrumento de avaliação de desempenho a ser utilizado (Avaliação de Desempenho por Competência de Servidores).



para construção já foi iniciado.

Para efetivação da implementação das etapas de Avaliação por Competências, será necessário o desenvolvimento de ferramenta informatizada cujo levantamento de requisitos

A norma regulamentadora da Avaliação de Desempenho por Competências está sendo minutada e iniciaram-se os estudos para planejamento da formação de gestores e servidores sobre a Avaliação de Desempenho por Competências.

Programa de preparação para aposentadoria - PPA



Busca oferecer aos magistrados e servidores, com requisitos para aposentadoria, subsídios para planejar a nova etapa da vida, propiciando um espaço de reflexão sobre o significado de seu trabalho na instituição e em sua vida, auxiliando no fortalecimento da identificação com outros aspectos da vida social e subsidiando a construção e o comprometimento com novas metas de vida, com curto, médio e longo prazo.

Foram realizados 02 grupos de PPA, com participação de servidores da Secretaria do TJMG e da Justiça de Primeira Instância da Capital. Além disso, ocorreu a expansão do PPA para os servidores da Justiça de Primeira Instância do Interior, utilizando-se a metodologia de Educação a Distância, tendo sido atendidos 64 servidores da 1ª instância da Capital e interior.

Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos – CEJUS

O Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos, parte integrante da estrutura organizacional da EJEJ, que tem o objetivo de organizar, apoiar e coordenar estudos que favoreçam a utilização e o compartilhamento adequados de dados e informações que favoreçam a eficácia da prestação jurisdicional, recebeu novas instalações físicas, no Edifício Sede, que foram adequadas para o seu efetivo funcionamento. Atualmente sob a coordenação da Desembargadora Maria Aparecida Grossi, planeja as novas rotinas de trabalho que serão implantadas.

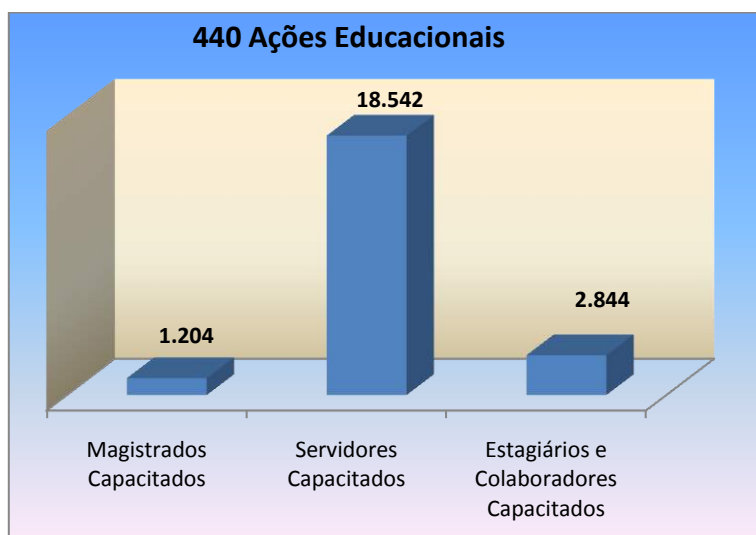
Jurisprudência

Alguns produtos da área de jurisprudência foram reformulados e possuem novas identidades visuais. São eles: *Artigos Jurídicos*, *Boletim de Jurisprudência*, coluna “Jurisprudência Mineira” do Diário do Judiciário Eletrônico – DJe e *Gotas da Língua Portuguesa*.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - DIRDEP

Plano de Capacitação de Magistrados, Servidores e Colaboradores da Justiça

A iniciativa é parte do Programa de Educação Continuada de Magistrados e Servidores, consolidado no Plano Educacional da EJEJ, que integra e sistematiza ações educacionais essenciais para que a Escola Judicial possa atuar de forma coordenada e planejada, atendendo às necessidades de capacitação de todo o contingente de profissionais da Instituição.



Relação das principais ações educacionais realizadas:

- ✓ Abertura das Atividades da EJEJ - Palestra: "O Judiciário do Século XXI e sua importância na construção de uma Sociedade Fraterna"
- ✓ Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos - CFI
- ✓ Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados Vitaliciandos – Vitaliciar
- ✓ O módulo Formação Humanossocial, integrante do Programa Servidor Integrado – SERIN,
- ✓ Curso "Rotinas de Secretaria da Área Judiciária"
- ✓ Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - VII FONAVID - "Lei Maria da Penha - 10 anos. Gênero: Para Além da Questão Jurídica"
- ✓ World Café: Aspectos Práticos da Execução Penal
- ✓ Encontro Internacional de Direito à Saúde – "Cobertura Universal e Integralidade Possível"
- ✓ Curso: "A Conciliação e suas Técnicas",
- ✓ Conclusão do Curso de Pós-Graduação "Latu Sensu", em Gestão Judiciária - Modalidade a distância
- ✓ X Colóquio Vaziano: Ética, Política e Direito – em parceria com a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE
- ✓ Encontro de Formação sobre Direito à Saúde, na Comarca de Uberlândia
- ✓ Capacitação de Tutores para educação *on line* - 9ª turma
- ✓ 20º e 21º Encontros da Corregedoria-Geral de Justiça – ENCOR
- ✓ Curso: Eneagrama - Liderança com Inteligência Emocional,
- ✓ Ciclo de Atualização e Debates sobre o Novo Código de Processo Civil
- ✓ Curso Gerenciamento de Conflitos: Transformando impasses em possibilidades
- ✓ Curso Excelência no Atendimento
- ✓ 2 turmas do Curso Atitudes no Trabalho, em BH e Caeté
- ✓ Programa Ser & Conviver, em Uberlândia
- ✓ 2 turmas do Curso de Capacitação em Mediação para Supervisores 5º CAFIS
- ✓ Curso de Capacitação de Auxiliares de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro
- ✓ 2 turmas do Curso de Formação para Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
- ✓ Palestra: Educação para o Desenvolvimento Profissional: uma Visão Integrada para os servidores da EJEJ

- ✓ Curso Ateliê Clínico do PAI-PJ
- ✓ Curso Repensando Gênero
- ✓ Curso de Formação para Auditores Internos
- ✓ Workshop Comunicação Colaborativa para a ASCOM
- ✓ Curso de Formação em Justiça Restaurativa
- ✓ Palestra Empreendedorismo na Maturidade e Finanças - Programa de Preparação para a Aposentadoria – PPA
- ✓ Oficina de Capacitação Humanossocial "Autoconhecimento: entendimento do perfil mental e comportamental como melhoria de resultados"
- ✓ Oficina de Jornalismo Digital
- ✓ Seminário de Ensino do PAI-PJ: Forclusão do Nome do Pai
- ✓ Curso BO SIAD para o TJMG
- ✓ Curso de Atualização em Rotinas Administrativas para Gestores da 1ª Instância Capital
- ✓ IV Encontro de Parentalidade e Adoção e I Simpósio de Acolhimento Familiar
- ✓ Apoio a mais de 15 Cursos preparatórios para casais postulantes à Adoção realizados nas Comarcas do Interior.
- ✓ Workshop sobre Gestão Judiciária – Dra. Rosane Bordash
- ✓ Workshop com os gestores da DIRDEP: Contribuições para o Projeto Político pedagógico da EJEJ
- ✓ Curso de Capacitação: Princípios e Métodos Pedagógicos para a Formação Profissional no TJMG para os Gestores da EJEJ
- ✓ 3ª Turma EAD do Curso Competências Gerenciais do TJMG – Modelo e Técnicas de Gestão para Melhoria de Resultados, modalidade a distância
- ✓ Palestra Sobre “Gestão de Demandas Repetitivas”
- ✓ Curso “Gerenciamento de Conflitos” Turma 4
- ✓ XVI Encontro de Gestores da 1ª Instância - Capital e Região Metropolitana
- ✓ Curso Fundamentos para o Desenvolvimento de Boas Práticas Gerenciais – PDG
- ✓ Curso Implantação do modelo de Gestão Judicial
- ✓ I Encontro Estadual de Juízes de Direito Coordenadores – CEJUSC’s
- ✓ Curso de Formação de Formadores em Gestão Judiciária

Ações na Modalidade a Distância

- ✓ 2ª turma do Programa Servidor Integrado - SERIN
- ✓ Atos de Construção – Conforme o CPC/2015
- ✓ 2 turmas do Curso de Capacitação em Mediação e Conciliação – Etapa teórica
- ✓ Curso Nivelamento para Servidores da Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR)
- ✓ Curso “Ergonomia: Um olhar para a saúde no trabalho” (Turma 5)”

Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos - CFI

A DIRDEP realizou o 12º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos – Turma 2, no período de 16 de janeiro a 12 de maio de 2017, com 25 juízes capacitados. O conteúdo programático do curso baseou-se nos eixos temáticos estabelecidos pela Resolução nº 2, de 8 de junho de 2016, da Escola Nacional de Formação de Magistrados - ENFAM, nas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e no Plano Educacional da EJEJ. Ainda, como novidade, na primeira semana do curso, os juízes participaram do Módulo Nacional obrigatório oferecido pela ENFAM, com 40 h/aula.

Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados Vitaliciandos – Vitaliciar

19 Juízes de Direito Substitutos participaram, em fevereiro de 2017, do curso de Aperfeiçoamento para Magistrados, na modalidade presencial.



Foto 5 . Vitaliciar em fevereiro de 2017.

Crédito: ASCOM/TJMG

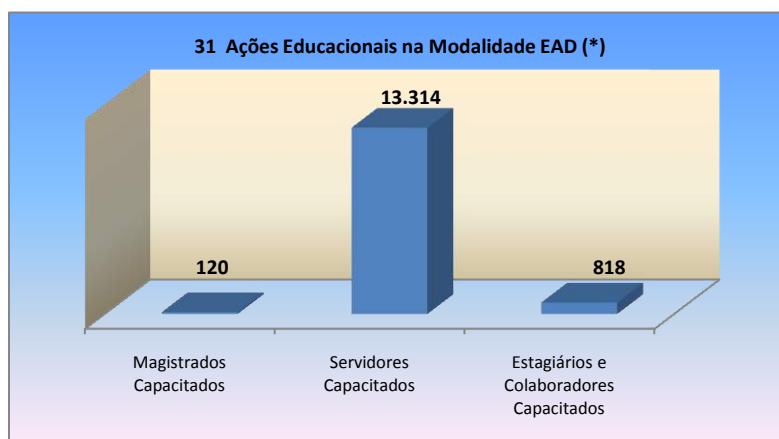
Programa Servidor Integrado - SERIN



O programa, que tem por objetivo mobilizar os novos servidores para que assimilem os valores da Instituição, assumam sua responsabilidade no uso adequado dos recursos públicos e apliquem os conhecimentos fundamentais à sua inserção no ambiente do Tribunal, capacitou 70 servidores no Módulo 'Formação Humanossocial' nos núcleos regionais de Contagem, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Ipatinga.

Ações Educacionais na Modalidade a Distância

O desenvolvimento de ações educacionais na modalidade a distância tem por objetivo permitir a expansão das oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal por meio da implementação de processos educativos mediados pelas tecnologias digitais no cotidiano profissional de magistrados, servidores, colaboradores da Justiça e estagiários do TJMG.



(*) Número total de participações em cursos ou programas finalizados até o dia 30/6/2017.

Programa de Desenvolvimento Gerencial - PDG



O programa pretende fornecer aos juízes e gestores do TJMG cursos e treinamentos que contribuam para a geração e/ou aprimoramento das competências estratégicas necessárias ao desafio de gerir recursos, processos de trabalho e pessoas numa Instituição em fase de mudança, auxiliando os gestores a melhorarem sua capacidade de se orientarem segundo os resultados institucionais, de realizar planejamentos, de gerir e controlar os resultados de sua unidade de trabalho. O programa possui um plano que acompanha a execução da meta

estratégica de “Capacitar gestores do TJMG em pelo menos uma das áreas de conhecimento de gestão para resultados, gestão por processos, gestão matricial ou gestão de pessoas.”

Meta 2016 - Capacitar 60% dos gestores.

Meta 2017 – Capacitar 75% dos gestores.

Resultados Obtidos:

20 Ações Educacionais realizadas até maio de 2017

1.286 gestores individuais, entre magistrados e servidores, capacitados em uma das áreas de conhecimento definidas na meta.

Cumprimento da meta estratégica no ano de 2016: 88,34%

Cumprimento da meta Estratégica até maio de 2017: 18,15%

Desenvolvendo competências humanossociais

A “educação humanística que valorize o caráter multidimensional do ser humano, as dimensões do conhecimento, a ética da sustentabilidade ambiental e social” é um dos princípios e diretrizes pedagógicas que norteiam a atuação da EJE/DIRDEP, previstos no seu Plano Educacional. Assim, a EJE/DIRDEP atua, por meio dos seus técnicos, ofertando ações educacionais com o foco no desenvolvimento de competências humanossociais, em atividades do (Acompanhamento Psicossocial) Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos e no Programa de Aperfeiçoamento para Magistrados Vitaliciandos do TJMG – Vitaliciar; no Módulo Humanossocial do Programa Servidor Integrado – Serin; em cursos para gestores sobre Gerenciamento de Conflitos: transformando impasses em oportunidades; no Curso Preparatório para participação no projeto experimental do Teletrabalho; em cursos para desenvolvimento de equipes; dentre outros.

Curso para Implantação do modelo de Gestão Judicial

Visando à melhoria contínua da prestação jurisdicional e ao cumprimento da Resolução nº 827/2016 do TJMG, a DIRDEP está promovendo o Curso “Implantação do Modelo de Gestão Judicial”, abrangendo os seguintes tópicos: diagnóstico situacional e o papel dos rituais de gestão; definição de diretrizes estratégicas e metas anuais/desdobramento do plano de ação;

ajuste de demanda e parcerias institucionais; conceito de *benchmarking* e melhores práticas; gestão de rotinas x gestão de projetos; gestão de pessoas no TJMG.

Estão participando do Curso os Juízes de Direito e Servidores que concluíram o Curso de Formação de Formadores para Gestão Judiciária e a pós graduação em Gestão Judiciária oferecida aos magistrados do TJMG, em parceria com a UnB, além dos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG e servidores da EJEJ.

Avaliação de Desempenho de Servidores

Em relação à Avaliação de Desempenho no modelo atual, nesta gestão, foram acompanhadas avaliações de desempenho de todos os servidores efetivos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com o acompanhamento das avaliações de **14.189** servidores, incluindo **1.133** servidores em estágio probatório. Foram prestadas informações e orientações por e-mail aos servidores, perfazendo-se, no período, um total de **4.434** e-mails respondidos.

Promoção por Merecimento de Magistrados

O processo de trabalho envolve o acompanhamento de edição de normas para promoção de magistrados pelo critério de merecimento no âmbito do TJMG, bem como no âmbito federal e, a partir do que é regulamentado na Instituição, realizam-se os registros necessários para subsidiar a apresentação do critério “aperfeiçoamento técnico” para a promoção de magistrados.

Em 2016 e 2017, houve a participação da EJEJ/DIRDEP para subsidiar 10 Editais de promoção de magistrados pelo critério de merecimento e foram registrados dados de 1.365 (mil trezentos e sessenta e cinco) títulos referentes ao critério de aperfeiçoamento técnico de magistrados.

Acompanhamento das Carreiras

No que se refere ao Plano de Carreiras, em 2016 ocorreu o acompanhamento dos desdobramentos dos Processos Classificatórios de Promoção Vertical, referente à promoção dos servidores da 2ª Instância e da 1ª Instância, referente ao exercício de 2015. Foram realizados, ainda, estudos para subsidiar o apontamento de vagas para a Promoção Vertical

referente ao exercício de 2015. Foram disponibilizados R\$6.000.000,00 para serem distribuídos para os servidores da 1ª e 2ª Instâncias.

Ocorreu também participação no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração final da minuta de resolução para alteração da Resolução nº 367/2001, que regulamenta o Plano de Carreiras do TJMG. Assim como também foram elaborados os Editais para os processos classificatórios de promoção vertical, referente ao exercício de 2016, de acordo com as novas regras advindas da Resolução TMG nº 822, de 2016.

Foram acompanhados todos os desdobramentos da atualização do plano de carreiras, advindos da Resolução 822/2016, com orientações a servidores e gestores presencialmente, por telefone e 83 e-mails respondidos.

Redimensionamento do Quadro de Servidores

O acompanhamento do redimensionamento tornou-se mais constante, em virtude da determinação de remanejamento de servidores para recomposição de lotação na área judiciária, da priorização de equipes para implantação do PJe, da contenção de novas nomeações e da jornada de oito horas, que culminou com uma nova equação para dimensionamento da força de trabalho.

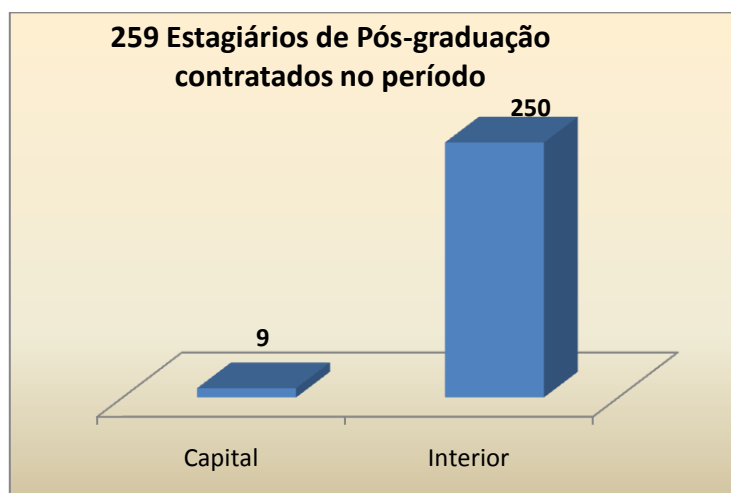
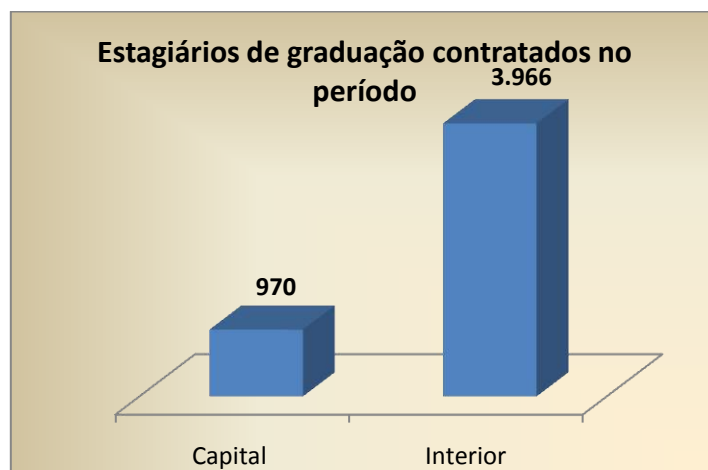
Em 2016 e 2017, houve a continuidade da pesquisa de redimensionamento do quadro da Secretaria do TJMG: foram realizadas pesquisas em **167** unidades organizacionais da Secretaria do TJMG para adequação do quadro de servidores, tendo em vista o cenário econômico que impõe restrições.

Foi feito, ainda, o monitoramento do quadro de servidores de toda a Secretaria do TJMG por meio de lotações iniciais, remanejamento de servidores e do acompanhamento de servidores com deficiência, capacidade laborativa residual e outras questões relacionadas ao quadro de servidores, totalizando **189** atendimentos presenciais.

Programa de Estágio

O estágio prepara futuros profissionais para o ingresso no mercado de trabalho. E para o alcance das metas institucionais, o estágio contribui na medida em que amplia o universo de recursos, reduz custos operacionais, abrevia o tempo gasto por magistrados e assessores na

realização de pesquisas e outras atividades e permite mesclar experiências de colaboradores mais antigos com os mais novos.



Realização de concursos públicos

A DIRDEP realizou diversas atividades operacionais no período de julho de 2016 a junho de 2017 relacionadas aos concursos públicos, com esforço constante para tornar os procedimentos mais céleres e com total observância às leis e aos direitos dos cidadãos.

Concursos extrajudiciais em andamento:

Edital nº 1/2014

A Comissão Examinadora cumpriu todas as etapas previstas no Edital. Atualmente, está sendo preparada a lista de classificação final dos candidatos que será divulgada na Sessão de Proclamação e Divulgação.

Publicada a classificação Final do Concurso no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e analisados os possíveis recursos, os candidatos serão convocados pelo Presidente da Comissão

Examinadora para a sessão pública de escolha dos serviços extrajudiciais disponibilizados no Edital 1/2014.

Edital nº 1/2015

O Concurso encontra-se em fase de análise de recursos contra a Classificação Final pelo Conselho da Magistratura em 21 de fevereiro de 2017. Após julgamento dos recursos e publicado o resultado, será realizada a sessão pública de escolha dos serviços extrajudiciais disponibilizados no Edital 01/2015.

Edital nº 2/2015

O Concurso encontra-se em fase de análise de recursos, pelo Conselho da Magistratura, contra o indeferimento da inscrição de candidato pela Comissão Examinadora. Após o julgamento e publicado o resultado, será realizada a Prova Oral do certame.

Edital nº 1/2016

Em junho do presente ano foi publicado o resultado definitivo da prova objetiva de seleção. A etapa seguinte foram as provas escritas, que ocorreram nos dias 8 e 9 de julho de 2017.

Edital nº 1/2017

O Edital foi disponibilizado no DJe do dia 4 de maio de 2017.

As inscrições no certame ocorreram no período de 5 de junho a 4 de julho de 2017.

A prova objetiva de seleção está prevista para ocorrer nos dias 16 e 17 de setembro de 2017.

Concurso Extrajudicial previsto para o ano de 2017

Edital nº 2/2017

Estão sendo providenciados os preparativos para publicação de novo edital que regerá o próximo certame. A estimativa é que a publicação se dê ainda no segundo semestre de 2017.

-Concurso para servidores (em andamento):

Concurso Primeira Instância – Edital nº 1/2017

Edital publicado no DJe do dia 6 de abril de 2017. As inscrições aconteceram no período de 19 de junho a 28 de julho de 2017.

A prova objetiva está prevista para ocorrer em 24 de setembro de 2017.

Concursos previstos:

Concurso da Magistratura

Encontra-se em fase de elaboração o Termo de Referência para contratação da empresa que irá operacionalizar o concurso.

Concurso Segunda Instância

Encontra-se em fase de elaboração o Termo de Referência para contratação da empresa que irá operacionalizar o concurso.

Perspectivas e futuras ações

O que faz uma escola ser bem-sucedida? A sua proposta pedagógica, construída coletivamente e materializada num bom planejamento. As diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM) estabeleceram uma nova linha de ensino e de atuação para a escola. A orientação pedagógica/metodológica para o desenvolvimento das ações educacionais indicou o caminho a seguir. Agora, o planejamento das ações, aliado a uma execução responsável, levará a escola a atingir suas metas e cumprir sua missão de colaborar com a realização da prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza.

Como destaque, dentre as ações planejadas pela EJEJ para o próximo semestre está o Curso de Formação Inicial para o grupo de 22 novos juízes, cujo ato de nomeação foi publicado no dia 6 de julho, no Diário do Judiciário eletrônico (DJe.)

Outras ações que integram o planejamento da EJEJ/DIRDEP para os próximos meses:

- ✓ Programa de Aperfeiçoamento para Magistrados Vitaliciandos - VITALICIAR – 12º CFI /Turma 2
- ✓ Programa Servidor Integrado – SERIN (Módulo Formação Humanossocial Capital e interior)
- ✓ 5 Cursos de Aperfeiçoamento Jurídico e Gerencial para Magistrados
- ✓ Curso Administração Judicial Aplicada – A distância
- ✓ 22º e 23º Encontros da Corregedoria-Geral de Justiça (ENCOR)
- ✓ Curso de Atualização para Contadores - Turma 4, 5 e 6
- ✓ Encontro Gestores da 1ª Instância Capital
- ✓ Curso de Capacitação do Juizado Especial - JESP
- ✓ Curso de Rotinas Administrativas - GEAPA / Turma 2

- ✓ Curso de Atualização do Provimento 161 /CGJ - Turma 3 e 4
- ✓ Curso Atos Especiais e Medidas Cautelares - A distância
- ✓ Curso Técnico Operacional JESP - A distância
- ✓ Curso Rotinas de Secretaria Criminal - A distância
- ✓ SERIN Institucional - a distância
- ✓ Curso Adoção Internacional - Turma 6 – A distância
- ✓ Curso Rotinas de Secretaria Cível - A distância
- ✓ Curso Rotinas de Secretaria Infância e Juventude / Cível - A distância
- ✓ Curso Rotinas de Secretaria Infância e Juventude / Infracional - A distância
- ✓ Curso de Rotinas de Secretaria - Área Judiciária – DIRSUP – A distância
- ✓ Curso de Rotinas de Secretaria - Área Judiciária - Rotinas Cartorárias
- ✓ Curso de Atualização para Atermadores - A distância
- ✓ Curso Competências Gerenciais – A distância
- ✓ Curso Ergonomia: Um olhar para a saúde no trabalho - Turma 6
- ✓ Curso Administração do Tempo - Turma 10
- ✓ Curso de Capacitação em Mediação e Conciliação - A distância
- ✓ Sustentabilidade - PLS - A distância
- ✓ Curso de Capacitação para Estagiários do TJMG - A distância
- ✓ Curso de Nivelamento para Servidores da DIRFOR - A distância
- ✓ Capacitação PJe (Cataguases, Viçosa, Curvelo, Paracatu, Três Pontas, Três Corações, Itajubá, Guaxupé, Nova Lima, Itaúna, Nova Serrana, Araguari, Campo Belo, Formiga, Pirapora e Ponte Nova)
- ✓ Projeto Piloto PJe – JESP

GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL - DIRGED

Eliminação de documentos judiciais

Foram publicados 11 Editais de Ciência de Eliminação de Documentos Judiciais, cinco no ano de 2016 e seis em 2017. Nesse mesmo período, foram descartados mais de 1.100.000 (um milhão e cem mil) processos judiciais findos.

Pretendemos publicar outros quatro Editais de Ciência de Eliminação de Documentos Judiciais até o final de 2017, com o objetivo de superar a meta estabelecida de eliminação de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) processos judiciais.

Após orientações prestadas pela arquivista da 1ª Instância, foram eliminados, aproximadamente, 142 metros lineares de documentos administrativos nas próprias comarcas produtoras.

Arquivo Central

Foram transferidas ao Arquivo Central cerca de 54 mil caixas-arquivo das comarcas do interior e 2.800 caixas-arquivo da Comarca de Belo Horizonte. Ressaltem-se, ainda, as transferências integrais ao Arquivo Central dos acervos das Comarcas de Grão-Mogol, Minas Novas, Inhapim, Guanhães, Elói Mendes e Camanducaia, ações essas que evitaram as locações de imóveis nessas localidades.

Arquivo Permanente

Iniciaram-se as atividades do Arquivo Permanente do TJMG. A equipe está trabalhando para recolher, higienizar, estabilizar e cadastrar os documentos históricos da instituição, espalhados por todo o Estado de Minas Gerais. Ao todo, já foi recolhido o acervo de 38 comarcas, totalizando quase 12.000 caixas-arquivo de documentos que guardam a história do Judiciário Mineiro.

Gestão de documentos administrativos e processos de 2ª instância

A gestão dos documentos administrativos e dos processos de 2ª instância foi incrementada, com foco na constante avaliação voltada à eliminação daqueles que já tenham cumprido sua função dentro da instituição. No mesmo sentido, as áreas têm sido orientadas quanto à correta produção dos documentos e sua destinação, otimizando a ocupação dos espaços e melhorando o acesso à informação produzida.

Pesquisas para subsidiar decisões de 1ª e 2ª instâncias

Em nossa área de informação e jurisprudência, foram atendidas 580 demandas de magistrados, assessores e gestores do Tribunal, relativas a pesquisas de câmara, doutrinária, jurisprudencial e legislativa, as quais visam subsidiar decisões judiciais e/ou administrativas.

Boletim de Jurisprudência

Publicamos e enviamos por e-mail 24 edições eletrônicas do Boletim de Jurisprudência, que atualmente possui quase 4.000 assinantes.

Informações em ADI's e Incidentes de Inconstitucionalidade

Foram prestadas aproximadamente 300 informações, sobre a existência ou não de processos do Órgão Especial em andamento ou julgados referentes ao mesmo tema, nos autos de Ações Diretas de Inconstitucionalidade e Incidentes de Arguição de Inconstitucionalidade.

Artigos Jurídicos

Foram publicados 10 artigos jurídicos no *site* do TJMG e 12 na *Revista Jurisprudência Mineira*, os quais são importantes para os debates das grandes questões jurídicas e para o conhecimento geral do Direito, bem como contribuem para as decisões e julgados de primeiro e segundo graus.

Gotas da Língua Portuguesa

A fim de apresentarmos informações gramaticais segundo a técnica do Português Instrumental, com ênfase nos recursos da língua mais utilizados no dia a dia das atividades do Tribunal, foram publicadas 23 edições do *Gotas da Língua Portuguesa*.

Judicialização da Saúde

Disponibilizamos aproximadamente 150 novas notas e respostas técnicas da área de saúde na Biblioteca Digital, além de inaugurarmos a nova página do Fórum da Saúde de Minas Gerais, no

portal da EJEJ. Foi publicada a Portaria-Conjunta da Presidência nº 643/2017, que regulamentou os Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário para as demandas de saúde – NAT-JUS.

Biblioteca Digital

Para acompanhar os avanços tecnológicos, o sistema da Biblioteca foi atualizado, oferecendo aos usuários, em sua nova versão, um *layout* intuitivo e amigável, bem como o acesso por via de *smartphones* e *tablets* para a realização de consultas, renovações de empréstimos e reservas de material.

Centro de Leitura e Informação da Biblioteca

O Centro de Leitura e Informação da Biblioteca objetiva atender à demanda por livros por parte de magistrados e servidores instalados no edifício sede. O espaço oferecerá acervo de aproximadamente 500 títulos. No local, há mesas de estudo e um aconchegante *lounge* de notícias, com jornais, revistas e TV a cabo, com a veiculação, em tempo integral, de canais de noticiário e da TV Justiça. O espaço permitirá ainda aos magistrados e servidores do Tribunal o empréstimo e a devolução de livros da Biblioteca por meio de malotes diários.